

CAOCON em ação

Centro de Apoio Operacional do Consumidor



Palestra de segurança alimentar cumpre metas do Projeto PSA Consumidor

O Projeto de Segurança Alimentar e Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores (PSA/Consumidor), desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor (Caocon), cumpriu mais uma de suas metas com a realização da palestra “Solidariedade Institucional para Garantia da Segurança dos Alimentos”.

A palestra foi ministrada pela Promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor de Santa Catarina Greícia Malheiros da Rosa Souza, que fez uma abordagem das experiências obtidas nos projetos voltados para o fortalecimento das vigilâncias sanitárias e alimento seguro



desenvolvidos pelo Ministério Público de Santa Catarina.

Greícia Malheiros ressaltou o papel do Ministério Público na defesa ao acesso seguro e permanente da qualidade dos alimentos e a necessidade de

técnica com órgãos ligados à saúde, com o objetivo de fortalecer e obter êxito nas ações.

A coordenadora do Caocon, Promotora de Justiça Aráina Cesárea D'Alessandro, reforçou a importância do desenvolvimento do projeto PSA

Consumidor. “O Ministério Público do Tocantins tem priorizado atuação nesse sentido. Nosso objetivo é incentivar a atuação efetiva dos membros em todas as comarcas, para que estes exijam dos municípios a implantação do Código Sanitário Municipal e a regularização dos serviços de inspeção municipal”, destacou.

O evento contou com a participação de Promotores de Justiça com atuação na área do consumidor, produtores rurais, representantes do Serviço de Inspeção Municipal de Palmas, das Vigilâncias Sanitárias estadual e municipal e da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no Tocantins (Abrasel).

Estabelecimentos comerciais são fiscalizados em Miracema

Visando à fiscalização de estabelecimentos comerciais, o Centro de Apoio Operacional do Consumidor (Caocon), em parceria com as Vigilâncias Sanitárias estadual e municipal, Agência de Defesa Agropecuária (Adapec) e a Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (Procon), percorreram supermercados, açougues, padarias durante as ações da Operação Pró-Consumidor, realizada em Miracema.

Devido às péssimas condições de higiene encontradas nos locais, um supermercado e uma padaria foram interditados. Uma sorveteria sem alvará sanitário e que comercializava picolés sem apresentar, no rótulo, informações sobre a identificação do produto, também foi interditada.

Os fiscais apreenderam dezenas de produtos impróprios para o consumo durante a fiscalização. Entre eles, 320 unidades de margarina armazenadas em temperatura



ambiente, 1.424 picolés sem procedência, 25kg de queijo e 45kg de linguiça, ambos sem certificação de inspeção e mais de 340 itens, como

produtos de limpeza e higiene pessoal vencidos ou impróprios para consumo.

A fiscalização atendeu à solicitação do Promotor de

Justiça da 3ª PJ de Miracema, Vilmar Ferreira de Oliveira, que ressaltou a necessidade de um trabalho contínuo nesse sentido na cidade.

Fique sabendo

Reuniões em Gurupi e Araguaína debatem preços de combustíveis

O Ministério Público do Tocantins, representado pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor (Caocon), participou, em Gurupi e Araguaína, de reuniões que discutiram assuntos ligados a fiscalização e preços dos combustíveis no Tocantins.

O evento foi promovido pelo Sindicato dos Revendedores de Combustíveis do Tocantins (Sindiposto) e voltado para empresários do setor, administradores e contadores que atuam no ramo.

A Promotora de Justiça Aráina Cesárea D'Alessandro, coordenadora do Caocon, participou dos debates que possibilitaram uma interação entre as instituições participantes e as revendedoras de combustíveis, visando fortalecer discussões permanentes acerca de ações de fiscalização e formulação de preços dos combustíveis.

Além do MPE, participaram das discussões a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/TO), Defensoria Pública Estadual (DPE) e a Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (Procon/TO), órgãos que integram o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor (SEDC).



Transporte público de Paraíso passa por inspeção

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor (Caocon), em fiscalização conjunta com o Departamento Estadual de Trânsito (Detran), realizou vistoria nos veículos do transporte público da cidade de Paraíso do Tocantins.

A ação, que atendeu pedido da 4ª Promotoria de Justiça da cidade, teve como objetivo identificar possíveis irregularidades de lesão aos direitos dos consumidores em relação ao serviço prestado pela empresa permissionária do serviço de transporte público no município.

Na ocasião, verificou-se que faltam nos pontos de parada, e nos próprios veículos, meios que facilitem o acesso às pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Os fiscais constataram a ausência de estudos e meto-



dologia para a definição, composição e recomposição do valor da tarifa, bem como para a definição de rotas, horários e paradas para os ônibus.

Durante a fiscalização, foram observadas as condições

de manutenção e conservação dos veículos e constatado que a empresa infringe normas obrigatórias do Código Brasileiro de Trânsito, visto que nem todos os motoristas possuem o curso de Transporte Coletivo de Passagei-

ros, conforme determina a lei.

Um relatório com as atuais condições do transporte público foi encaminhado à Promotoria de Justiça, visando instruir inquérito civil instaurado em 2016, que apura o caso.

Caocon tem o primeiro projeto especial aprovado pelo MP

O Conselho Superior do Ministério Público aprovou, por unanimidade, o requerimento apresentado pela coordenadora do Caocon, Promotora de Justiça Aráina Cesária D'Alessandro, que instituiu o Projeto de Segurança e Proteção Jurídico Sanitária (PSA Consumidor) como projeto especial.

A iniciativa visa ao fortalecimento e estruturação dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM) e das Vigilâncias Sanitárias Municipais nos 139 municípios do Tocantins.

Com a aprovação do requerimento, os membros que apresentaram atuação efetiva



na implantação dos serviços de inspeção e as vigilâncias sanitárias terão seus trabalhos pontuados, desde que aferidos e aprovados pela Corregedo-

ria-Geral e Caocon.

A fim de subsidiar a atuação dos membros nas 42 comarcas do Estado, o Caocon encaminhou aos promotores

com atuação na área do consumidor o "Kit Visa/SIM", com modelos de peças administrativas e judiciais, além de um CD contendo a legislação sanitária vigente em cada município.

A execução do projeto tem gerado resultados satisfatórios nos municípios do Estado, foi o que declarou o diretor da Vigilância Sanitária do Estado, Thiago Botelho, durante palestra de segurança alimentar realizada no MPE. Segundo ele, os indicadores de execução das sete ações das vigilâncias sanitárias municipais do Tocantins mais que triplicou de 2016 a 2018.



Sistema Estadual de Defesa do Consumidor se reestrutura e elege diretoria

Com a publicação do Decreto nº 5.727, de 30 de outubro de 2017, o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor (Sedc) foi reestruturado e tem atuado efetivamente na defesa dos direitos do consumidor.

Uma reunião extraordinária foi realizada para definir estratégias de atuação e fiscalização dos órgãos de controle durante a paralisação nacional dos

caminhoneiros que ocasionou, principalmente, o desabastecimento de combustíveis, gás e alimentos em todo o Estado. Os integrantes assinaram uma Nota Técnica direcionada às associações representativas de setores comerciais alertando sobre práticas ilegais e abusivas em razão da falta de bens de primeira necessidade.

Nas duas reuniões ordiná-

rias, os debates foram voltados para a elaboração e aprovação do Regimento Interno, indicação de representantes das instituições que integram o SEDC e eleição do coordenador, sendo eleito Walter Nunes Viana Martins Júnior, superintendente do Procon/TO.

Na última reunião, foram criados grupos setoriais que vão discutir temas como: serviços pú-

blicos, combustíveis e alimentos.

As representantes do Ministério Público do Tocantins junto ao SEDC são as Promotoras de Justiça Araújo Cesárea D'Alessandro, coordenadora do Caocon, e Kátia Chaves Gallieta, titular da 23ª PJ de Palmas, nomeadas como titular e suplente, respectivamente, por meio da Portaria nº 281/2018.

Fique sabendo

Participe do Consumidor Vencedor

Desde 2013, por meio de Termo de Cooperação Técnica, o Ministério Público do Tocantins aderiu ao Consumidor Vencedor, ferramenta de comunicação onde os cidadãos têm acesso a informações de vitórias obtidas na Justiça referentes ao direito do consumidor.

O site está localizado no endereço eletrônico (www.consumidorvencedor.mp.br), no qual os cidadãos têm acesso a vitórias obtidas pelo Ministério Público na defesa coletiva dos consumidores, tais como: ajuizamento de ações coletivas, decisões judiciais definitivas ou provisórias e assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Para tornar as ações do Ministério Público mais efetivas, os consumidores precisam comunicar ao MP, via Promotoria de Justiça, se as empresas condenadas e aquelas que se comprometeram estão cumprindo o que foi acordado. Já as Promotorias de Justiça, devem enviar as informações para o Caocon pelo e-mail caopdc@mpto.mp.br, a fim de alimentar o site. Participe e seja um Consumidor Vencedor!



Ministério Público vistoria instalações do frigorífico de aves e peixes de Palmas

O Ministério Público do Tocantins, por meio do Centro de Apoio Operacional do Consumidor (Caocon), vistoriou as instalações do frigorífico de aves e peixes, localizado no Assentamento Francisco Galvão, zona rural de Palmas.

A operação foi realizada em parceria com a Agên-

cia de Defesa Agropecuária (Adapec), Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (Seder), com o objetivo de verificar as condições de funcionamento, capacidade de abate e constatar possíveis irregularidades no estabelecimento.

O frigorífico, que aten-

de à demanda de pequenos produtores rurais da Capital, foi inaugurado há dois anos, possui registro junto ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) de Palmas e funciona com licença ambiental expedida pelo próprio município.

Os fiscais constataram que o abate e beneficiamento da produção está paralisado

há 45 dias, em virtude da falta de responsável técnico e que estudos de viabilidade estão sendo feitos para aumentar a capacidade de abate.

A fiscalização atendeu ao pedido da Promotora de Justiça Kátia Chaves Gallieta, da 23ª PJ de Palmas, a fim de instruir inquérito civil em face do frigorífico.



Expediente **CAOCON** em ação

Centro de Apoio Operacional do Consumidor (Caocon)

Coordenadora:

Promotora de Justiça Araina Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro

Coordenador Substituto:

Promotor de Justiça Celsimar Custódio Silva

Analista Ministerial Especializada em Ciências Jurídicas
Marcella Guedes da Silva Martins

Analista Técnico-Administrativo

Fáustone Bandeira Morais Bernardes

Técnica Ministerial Especializada em Fotografia

Francisca Coelho da Souza Guedes

Edição do Informativo:

Textos: Francisca Coelho

Diagramação: Randolfo Corrêa

Revisão: Luciana Duailibe

Fotos: Francisca Coelho/Ronaldo Mitt/Marcelo de Deus